

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DESIGUALDADES SOCIAIS E PARADIGMAS FEMINISTAS

*Suely Gomes Costa<sup>1</sup>*

---

## **Resumo**

Este artigo examina limites das prescrições de desenvolvimento sustentado, diante de noções que ocultam desigualdades sociais. Faz a crítica de paradigmas feministas que reforçam essa tendência, sobretudo quanto às desigualdades entre mulheres. Examinando a experiência brasileira, situa referências de análise que, com base em estudos das relações de gênero, desvendam parte da historicidade em que desigualdades entre mulheres se forjam.

## **Palavras-chaves**

Desigualdades sociais; Paradigmas feministas; Sistemas de proteção social.

## **Abstract**

This article examines the limits of sustainable development mores, which are based on certain principals that hide social inequalities. It criticizes the feminist paradigms, which reinforce this trend, especially concerning differences among women. By focusing on the Brazilian experience, it provides new references of analyses, based on gender relations' studies, which partially reveals the historical context where inequalities among women are conceived.

## **Keywords**

Social inequalities; Feminist paradigms; Social protection systems.

---

<sup>1</sup> Departamento de Serviço Social (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História (UFF).

No Brasil, entre os anos 80 e início de 90, o planeta fêmea, na Eco-92, marca a presença de muitos movimentos feministas e compromissos de alguns deles com pautas estabelecidas em diferentes fóruns de debates sobre desenvolvimento sustentado e bioética. Entretanto, avaliações recentes consideram que essa participação, de meados para fins de 90, tornou-se cada vez mais restrita, observando-se um significativo distanciamento de diferentes movimentos de mulheres dos assuntos em pauta. (Castro & Abramovay, 1997; Oliveira, 2001) Isso ocorre quando fundas reorientações paradigmáticas se sucedem nos estudos feministas, com revisões de clássicos paradigmas de orientação da história das mulheres e contribuições teóricas advindas do conceito de gênero (Scott, 1992). Na busca de desvendamento de sistemas de poder e dominação, os estudos de gênero estabelecem crescentes conexões com relações de classes, raças/etnias e gerações, traduzindo melhor as experiências históricas masculinas e femininas.

Essa também é uma conjuntura em que decisões políticas acentuam a tragédia das desigualdades sociais e ampliam debates sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável, uma proposta de promoção de harmonia entre os seres humanos, antes um conjunto de prescrições de enorme apelo humanitário. Há, porém, nessa estratégia, uma marcante ingenuidade quando define, em escala planetária, uma forma de vida social que responda às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas necessidades, mas diante de um outro conjunto de prescrições, as neoliberais, que, ao contrário, dá materialidade a um modelo econômico que globaliza e aprofunda um criminoso processo de concentração de poder, de renda, de propriedade e de recursos naturais. (Pochmann, 2002)

É no contexto específico das crises do crescimento econômico e do meio ambiente, bastante visíveis nos anos 80 e 90, que a noção de desenvolvimento sustentável, ainda que imersa em idealidades universais, se expande e traduz uma crescente tomada de consciência sobre a degradação das condições de vida em escala planetária, ao mesmo tempo em que um novo estágio de conhecimento sobre as relações de gênero se forja. (Costa, 2003)

Mas as agendas de encontros e congressos sobre o desenvolvimento sustentável, ao longo dessas duas décadas, quando privilegiam as questões ambientais tiram de cena as desigualdades sociais do mundo. Certamente, ao registrarem referências por um mundo melhor e ao orientarem ações afirmativas, mesmo pontuais, as agendas de desen-

volvimento sustentável acabam incorporando temáticas e reivindicações dos novos movimentos sociais. Em conjunto, porém, estão bem longe de demarcar uma pauta de medidas que, a médio prazo, efetive, em escala planetária, a redução das desigualdades entre os homens. Quando essas prescrições se deslocam do primeiro para o segundo e terceiros mundos expõem a intrincada trama de interesses capitalistas e um tímido esforço de reconhecimento de processos sociais que constroem, dia a dia, as desigualdades desses mundos, como no caso dos ganhos e vantagens decorrentes de baixos salários pagos por empresas internacionais a trabalhadores do terceiro mundo. Note-se que o conceito-chave de desenvolvimento sustentável inclui preocupações com a ajuda aos pobres, com a fome, com a igualdade de direitos entre homens e mulheres, etc., dando seqüência a clássicas ações humanitárias, mas que, sob tantos paradoxos, criam desconfianças e constrangimentos quanto aos seus reais alcances e sentidos civilizadores.

Sob a forma de receituário, os muitos registros sobre o desenvolvimento sustentável deixam em branco o óbvio reconhecimento de que as desigualdades sociais no mundo estão criadas, em grande monta, por aqueles que detêm riqueza e poder e que são inerentes às formas capitalistas de produzir e de organizar a vida social. Das agendas em circulação, a crítica explícita à iniquidade de tanta riqueza acumulada em mãos de tão poucos no mundo todo, e a efetividade de medidas de restrição a ela são esmaecidas e mesmo ocultadas. Por outro lado, as análises macro-sociais ocupam-se à exaustão de indicadores de pobreza, porém, escondem aqueles que ampliariam as denúncias do ilimitado poder dos ricos de definir as desigualdades do mundo segundo seus desígnios. Ao privilegiarem relações com a natureza e ações pontuais de combate à pobreza, estão, preferencialmente, substituindo modos de prosseguir a feitura das mercadorias com menos agressão ambiental, com uso de formas alternativas e limpas de energia, incluindo itens de ajuda humanitária, de educação, de saúde etc., numa indicação do que seria o "capitalismo verde". Silenciam quanto a medidas restritivas do poder incomensurável de fazer riqueza às custas de variados sistemas de discriminação e exclusão de povos, raças, gêneros, classes e gerações, esses sim, um enorme desafio ético das relações sociais desse século. Os conhecimentos macrosociais presentes nessas agendas parecem construir espaços em branco, lacunas, sobre as condições históricas locais que também formatam sistemas de poder e dominação. Hoje, a participação feminista nas agendas do desenvolvimento

sustentável e da bioética exige um crescente conhecimento sobre os modos pelos quais tais condições locais se associam às relações sociais mais amplas, organizando esses sistemas. Por isso, as análises macrosociais não bastam.

Por sua vez, nos estudos feministas, as análises microsociais concederam, uma forte prioridade às desigualdades entre homens e mulheres, o que nem sempre favoreceu os estudos sobre a trama social que desenha as desigualdades intragêneros. Se as lutas das mulheres por igualdade de direitos em relação aos homens avançaram e se, através delas, essas desigualdades adquiriram crescente nitidez (até mesmo com a contribuição dos antifeminismos), também, nos movimentos feministas, as preocupações intelectuais com a produção social das desigualdades conheceram dificuldades e refluxos. Imersas em tradições do paradigma patriarcal, essas preocupações, quando enfatizam a dominação masculina, têm forte responsabilidade na redução da visibilidade dos problemas intragêneros.

Os movimentos feministas tiveram seus momentos de defesa do igualitarismo entre as mulheres, a partir de uma presumida identidade biológica, de imprecisos marcos teóricos. Algumas referências igualitárias das ações feministas e alguns de seus usos políticos ocultaram fartamente desigualdades entre as mulheres. Estudos sobre bioética, por exemplo, movem-se também nessa área de sombreamentos quando têm privilegiado, no Brasil, análises das tecnologias reprodutivas avançadas (Oliveira, 2001), assunto pouco conhecido de uma parte significativa de feministas e totalmente ausente das preocupações de grande maioria de mulheres.

Nas experiências cotidianas, as desigualdades entre as próprias mulheres em diferentes formações sociais do planeta, tão evidentes, não só levaram à crescente fragmentação dos movimentos de mulheres, como criaram confrontos entre eles e respectivas pautas de reivindicações. Mas os movimentos feministas, em alguns momentos de sua história, apoiados no ideal da "sororidade" ou da irmandade, misto de sentimento e utopia construído por presumidas identidade e igualdade biológica das mulheres, garantiram grande força de coesão de mulheres em luta, durante algum tempo. A perspectiva da identidade biológica das mulheres esteve presente nos movimentos feministas, ainda ao longo dos anos 80 do século XX, década em que sofreria críticas as mais contundentes (Machado, 1992), por ocultar desigualdades sociais. Isso

se deu quando as militantes feministas distinguiram-se e reconheceram suas diferenças e desigualdades quanto ao enquadramento político, à posição de classe, às condições raciais/étnicas, às distâncias de geração, às diferenças de nível de instrução e informação. Essa crítica, entre nós, brasileiras, foi bastante lacunar e mesmo reticente. Diante das desigualdades da vida social quando avaliavam impasses entre movimentos feministas - organizações fundadas para propagar doutrinas igualitárias - nem sempre abordaram esses assuntos.

A retórica feminista centrada no ideal da “sororidade” seria, mais cedo ou mais tarde, incapaz de acionar pautas de estudos e de ações de interesse comum a todas as mulheres, como no caso dos movimentos de mulheres negras. Uma série de indagações sobre o conformismo para com as desigualdades entre as mulheres aguarda respostas:

- Por que a busca de igualdade de homens e mulheres nos mobiliza criativamente, enquanto desigualdades sociais entre mulheres têm nos emocionado tão pouco? Por que tanto silêncio diante da falta de limites à concentração da terra e da riqueza social, que traz tanta desigualdade entre as mulheres? Por que aceitamos, sem o menor pudor, o direito de gastos de milhões e milhões de dólares de alguns poucos homens e mulheres para consumo de bens de ostentação individual, quando uma parte significativa da população mundial recebe migalhas de ajudas humanitárias de pífios resultados? Que razões nós, feministas, temos, em nossas referências igualitárias, para silenciar diante da esquizofrenia que valoriza, em escala planetária e impunemente, o desperdício, como que apagando o estado de alerta de nossos sentidos e referências críticas sobre as desigualdades sociais? Por que não nos indignamos com modos de vida de altíssimos custos de manutenção, com toda a sua parafernália de doentia ostentação? Por que não temos sido eficientes para montar a denúncia da indústria bélica de tamanha inutilidade com seu fabuloso poder de gerar riqueza e de semear a morte e o sofrimento? Em que medida o fato de militantes feministas serem, em grande parte, mulheres de classes médias urbanas, comprometeria tais rumos? Por que padrões tão desiguais de consumo em suas singularidades locais e regionais, têm se mantido tão estranhamente ignorados. Quando serão partes de um conjunto de assuntos caros aos estudos feministas: os da reprodução humana?

A persistente dicotomia entre a história dos feminismos e a história das mulheres, como sugere, em 1989, um grupo de estudiosas liderado por M. Perrot, também teve efeitos fartamente inibidores sobre o conhecimento

das relações sociais e dos sistemas de poder e dominação. (Perrot, 2000) Em um bloco de temas, os feminismos seriam vistos como lugares de ações políticas de mulheres, portanto, como da esfera pública - sem nexos com fenômenos da esfera privada. Noutro bloco, questões do cotidiano e da intimidade, tidos como da esfera privada, seriam tratadas por parâmetros quase nunca associados aos da esfera pública. Tal tendência intelectual, firmada inclusive no Brasil, alinharia objetos de pesquisas feministas em torno desses dois campos distintos, com fortes responsabilidades nas ocultações de desigualdades sociais. Sob a história do feminismo, agruparam-se as experiências de movimentos organizados de mulheres e, sob a história das mulheres, aquelas que, individual ou coletivamente, significaram barreiras superadas ou não, ganhos e perdas de posição social em relação aos homens, destaque na vida pública, um pouco como heroínas ou vítimas de uma dada ordem social. (Perrot, 2000) Mais recentemente, as contribuições da noção de gêneros - no plural - e dos estudos sobre masculinidades e homossexualidades aqueceram os debates num quadro intelectual de desvendamentos de processos sociais singulares, cotidianos e locais, expondo um pouco mais das dinâmicas relacionais nos sistemas de poder e dominação. Experiências de mulheres aplicadas à intimidade da vida e do mundo doméstico, até então bastante invisíveis, forneceram pistas para uma abordagem teórica que passou a associar a história dos feminismos e a história das mulheres, a desvendar "feminismos informais" (Perrot, 2001, p. 23), superando tendências anteriores, vindas dos anos 70 e mesmo 80, sob influência de paradigmas que mantiveram separadas as esferas privada e pública. Nas oposições sistemáticas entre homens e mulheres - colocadas pela noção de patriarcalismo - e nas lutas por igualdade das mulheres em relação aos homens de mesma classe, seriam reafirmados cânones dicotômicos sobre a história das mulheres e a do feminismo. As críticas a essas orientações passaram a oferecer subsídios importantes para as análises das desigualdades de interesse das propostas de desenvolvimento sustentado e da bioética.

A tarefa intelectual de efetivar uma revisão profunda das tendências intelectuais que obscureceram as percepções das desigualdades entre as mulheres implica grande esforço de chamada dos "feminismos ao divã", forma de compreendê-los em suas historicidades e de escapar a atitudes condenatórias. Outra tarefa é a de aperfeiçoar e aprofundar estudos sobre os padrões reprodutivos do nosso tempo, mergulhando nos processos históricos que organizam e legitimam as desigualdades sociais, estimulando a aglutinação dos dois campos e seus objetos.

Estranho desígnio: organizações feministas, fundadas para propagar doutrinas igualitárias, não só silenciaram diante de muitas desigualdades da vida social, sobretudo entre as mulheres, como se auto-representaram de modo a ocultá-las. Os movimentos feministas estão devendo a crítica de tendências intelectuais, nacionais e internacionais, sob as quais se organizaram e das formas locais pelas quais de apropriação dessas referências, como no caso da superação do ideal da "sororidade" ou da irmandade, uma garantia da força de coesão de mulheres em luta (pelo menos, até a década de 80 do século XX). Essa crítica, entre nós, brasileiras, foi bastante lacunar quanto à avaliação dos impasses aí criados, sobretudo a partir do processo de redemocratização do país e da experiência pluripartidária vivida pelos movimentos em geral.

Os estudos feministas evoluíram da abordagem economicista da dominação, centrada no modelo de patriarcalismo - no caso brasileiro, fortemente tributário das relações da casa grande e senzala postas pela visão "gilbertiana" -, para localizar outras experiências de famílias. Em especial, as experiências de famílias chefiadas por mulheres - desde os tempos remotos da colonização aos dias de hoje, como aquelas por homens e mulheres sós, tendência explicitada no tempo presente, além de outras, colocam a urgência de vastas revisões paradigmáticas. Contribuições da História, de corte microanalítico, acerca das famílias escravas, desde os anos 80, têm revelado as muitas faces da História Social do Brasil, quanto à dialética da obediência e da transgressão para os rumos societários dessa formação social. Mais recentemente, já nos 90, com a contribuição da História Social da Cultura, os estudos sobre práticas e representações sociais têm auxiliado no desvendamento da naturalização dos chamados sistemas de dominação, abrindo novas e férteis vertentes analíticas e mais discussões sobre códigos normativos de comportamentos e suas transgressões, bem como sobre as tensões entre o individual e o coletivo e a complexidade dos processos de exclusão/inclusão, avivando ou tornando inteligível, numa escala ampliada, traços escondidos por abordagens universalistas da macro-história.

Não só relações de poder e de produção, não só relações de afetos, mas tudo isso e muito mais engendram um largo leque de possibilidades analíticas e a busca de referências mais amplas e complexas, matéria de fronteira aberta a muitas áreas do conhecimento. Tomar referências intelectuais produzidas em outras partes do planeta serve sempre como matéria de contraste e de estudos comparados, daí sua

importância quanto a possibilidades explicativas de processos sociais mantidos à sombra, levando em conta, porém as singularidades da experiência histórica brasileira.

Alguns achados em minha própria experiência de pesquisa sobre regulação do tempo feminino com base nos modos de vida do Rio de Janeiro do século XIX, permitiram-me aprofundar críticas aos estudos usuais de orçamento-tempo e às noções dicotômicas das chamadas esferas pública e privada. (Costa, 1996, 2002) No cotidiano feminino, redes de proteção social podem limitar o alcance das lutas sociais, fornecendo pistas para reexame de paradigmas presentes em estudos feministas clássicos sobre os sistemas protecionistas. Nessa orientação, as esferas pública e privada tomadas como indissociáveis, confirmam a relevância de localizar nexos entre práticas domésticas cotidianas e os limites das pautas de lutas feministas. Experiências feministas expressam diferentes estágios do processo de tomada de consciência sobre a igualdade de homens e mulheres, algo que Michelle Perrot chama de “consciência de gênero”. (Perrot, 1994) Essas experiências revelam muito dos códigos normativos de caráter societário, associando processos sociais da chamada esfera pública (atribuídos costumeiramente aos homens) aos da esfera privada (imputados naturalmente às mulheres), expondo a inconsistência de tomar essas esferas como mundos apartados. Se essa inconsistência hoje é de senso comum, ainda é usual que persista quando se restabelece, aqui e ali, o paradigma do patriarcado. Como nova tarefa de pesquisa vale retomar, em outras abordagens, antigos temas, forma de atualizá-los e de favorecer o alcance de novos estágios de consciência.

Um dos problemas do conhecimento de interesse das agendas do desenvolvimento sustentado diz respeito à dinâmica social em que se tem movido o alcance de direitos das mulheres. Muito pouco se sabe das condições históricas em que sistemas protecionistas tão precários têm se instituído no Brasil. Práticas domésticas cotidianas têm regulado o formato das redes de proteção social. As estruturas urbanas estiveram longe de organizar serviços fora da casa em apoio ao sistema fabril. Pelo contrário, e isso é posto pela lavagem de roupa, por exemplo, localizada, aliás, até os dias de hoje, no Brasil, em pleno século XXI, no espaço doméstico. O mesmo se dá com o abastecimento: atividades de criação de animais de pequeno porte, as de cultivo de alimentos diversos, que tanto demoraram a sair do espaço doméstico, mesmo no mundo urbano. Através dessas práticas, gastos com a reprodução dos tra-

balhadores foram transferidos para as mulheres a nenhum custo para as empresas, daí os mínimos salários. “Obrigações” femininas, por muito tempo, irão dispensar a compra de produtos no mercado. As tarefas de fabricá-los em casa aprisionam milhares de mulheres no espaço doméstico, dispensando a formação do mercado de bens de uso corrente dos trabalhadores e também estruturas de proteção social. Práticas domésticas de cuidados com a família, tributários dessas “obrigações” cotidianas de muitas e diferentes das mulheres relacionadas entre si, formataram, em larga escala e na longa duração histórica, os sistemas protecionistas brasileiros, com base em costumes consolidados na ordem escravista. Esses trabalhos ocupam ainda hoje, em grande parte do país, milhares de mulheres; indicamos isso em sucessivos trabalhos já publicados. (Costa, 1993; 2000; 2002) Assim, essas práticas desenvolveram-se totalmente dependentes das relações domésticas e com a natureza, vinculando mulheres abastadas as tantas mais de mesma classe - mães, filhas, sogras, cunhadas, irmãs, comadres, e a milhares de outras, mais pobres, também comadres ou filhas de criação, e empregadas de toda a ordem - toda uma rede feminina aplicada ao trato de suas casas, com infundáveis roupas para tratar, crianças, velhos e doentes para cuidar, dentre tantas “obrigações”. Tal experiência favoreceu a liberação de tempo aplicado ao espaço doméstico para algumas mulheres, através do trabalho de outras, fenômeno que chega aos dias atuais. A saída para estudar, trabalhar e equiparar-se aos homens só se viabilizaria através dessa liberação de tempo e da maternidade transferida, muito naturalmente, de umas para outras mulheres.

Mas “sair” para o espaço público, no sentido que lhe confere M. Perrot (1994, p. 503-539), sem o preparo dessa transferência de responsabilidades e de afetos, seria admitir, no caso brasileiro, o caos familiar. Os padrões de sociabilidade e das relações de gênero, tão pouco examinados, repousam em práticas inscritas na experiência escravista e prosseguiram com algumas atualizações, orientando os sentidos civilizadores das lutas feministas dos séculos XIX e XX. Nas experiências de Nísia Floresta, no século XIX (Augusta, 1989), como nas de Bertha Lutz (Soihet, 1974) nas primeiras décadas do século XX, ambas feministas e de classes abastadas, fica patente que as lutas sociais por igualdade estão contidas nos marcos da igualdade das mulheres para com os homens de mesma posição social e não incluem as mulheres de classes subalternas que lhes servem pessoalmente e à ordem doméstica. Nísia Floresta, nos anos 30 do século XIX, embora antiescravista, nem de longe pode

perceber a igualdade entre as mulheres como um direito social: sua pauta de luta é por direitos das mulheres em relação aos homens de sua posição social. Por isso, sua apropriação dos preceitos de Mary Woollstonecraft, deixa de fora noções de igualdade entre os seres humanos em geral, e têm sentido inverso ao das reivindicações dessa feminista inglesa. Mary Wollestonecraft, em fins do século XVIII, em um libelo contra a revolução francesa, indica que o preceito da igualdade de todos os seres humanos não se cumpre no tocante aos sexos, por distinguir direitos de homens e de mulheres. (Wollstonecraft, 1929). Os movimentos feministas no Brasil do século XIX e início do XX só ganham sustentação porque estavam garantidas, nas relações entre as mulheres, continuidades quanto ao desempenho da maternidade, modo de manter a ordem doméstica e de conquistar direitos para algumas mulheres apenas. Assim, a idealização e defesa incontestada da maternidade por parte dessas duas feministas e suas lutas por igualdade em relação aos homens, em representações regularmente apontadas como significativas de seu conservadorismo, expressam, de modo ambíguo, o reforço a um padrão de reprodução social fadado a responder a necessidades coletivas de proteção social a partir da esfera doméstica. Obrigações femininas e prendas domésticas dispensam mercado de bens de uso corrente e equipamentos sociais. A montagem tardia das estruturas públicas - governamentais ou não - de proteção social - diferentemente do caso europeu, onde as mulheres, desde o século XIX, preparam e acabam sendo o *Welfare State* (Bock, 1994; Léfaucheur, 1994), decorre dessa extensa rede protecionista própria aos modos de vida brasileiros, organizados sob a ordem escravista. Muito diferentemente das mulheres dos chamados países desenvolvidos, consideradas como "casadas com o *Welfare State*," nós, brasileiras dos segmentos pobres e médios jamais nos vimos formando uma aliança com o Estado protetor. Uma extensa retórica humanitária no Brasil tem acompanhado a intenção de proteger mulheres e crianças deste país. Porém, as práticas sociais que vimos observando em nossas pesquisas, revelam seu restrito alcance. Nos países ricos, as mulheres "são" o *Welfare State*, dirão aqueles que conseguem percebê-las, "simultaneamente como fornecedoras de serviços e como beneficiárias de ajudas sociais". (Léfaucheur, 1994, p. 496) No caso, a história dessas mulheres, por muitos séculos, estreitou as relações que unem o desenvolvimento do emprego feminino ao do setor público ou privado da reprodução. Já o emprego feminino no Brasil, em grande medida, só muito recentemente, vincularia tais setores entre si. No apoio aos empregos, em grande parcela informais, brasileiras, de diferentes estratos sociais,

contaram com cadeias de ajuda, quase sempre de âmbito doméstico. Serviços públicos continuaram irrisórios. Não será por outra razão que o censo de 2000 mostra que as mulheres adquiriram grande expressão na composição da população economicamente ativa, mas empregadas, principalmente, em trabalhos domésticos. A precariedade dos serviços voltados para a reprodução tem sua história escondida por essas regularidades sociais que remetem, ainda, à formação da consciência de gênero no interior da história do estado brasileiro, postergando, no âmbito estatal, a montagem de estruturas de proteção social à reprodução.

Vale lembrar ainda, na perspectiva da longa duração, que o formato de famílias de prole numerosa e as taxas de fecundidade no Brasil até o advento dos anticoncepcionais sofreriam mudanças bastante lentas e certamente favoreceriam esse singular sistema protecionista. O acesso aos direitos reprodutivos, um problema da bioética, é também marcado por fortes desigualdades sociais. Quando as taxas de urbanização do país, a partir dos anos 70 do século XX, abrem, crescentemente, espaço para a mão de obra feminina em diferentes empregos, os clássicos padrões de domesticidade entram em crise. Não será por outra razão que as discussões sobre a instituição de creches e de escolas maternas conhecem nesse período notável desenvolvimento. As mulheres entram no mercado de trabalho em grande escala, através de atividades agrupadas como empregos domésticos - portanto, na esfera dos cuidados - tendência que será reafirmada até mesmo no censo de 2000, sem contar com equipamentos sociais. Evidencia-se, nessa experiência mais recente, a continuidade de processos culturais de longa duração. Persistente por tantos séculos, a privatização dos sistemas protecionistas converge para as prescrições neoliberais: encargos públicos transferem-se para a esfera privada.

São parte dessa mesma experiência as mudanças das taxas de fecundidade e as medidas de controle da concepção. Sob o advento da pílula, o tamanho das proles passa a ser mais bem regulado, lembrando que se ocorrências tenebrosas de morte por aborto, forma de reduzir os encargos com proles numerosas, atingiram as mulheres pobres em enorme proporção por muitos séculos. Essas ocorrências conheceram continuidades, considerando as dificuldades de acesso das mesmas aos contraceptivos, apesar das iniciativas do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher), a partir de meados de 80 do século passado. Mais recentemente, também compõe esse quadro a corrida feminina por laqueadura de trompas, alimentando uma vasta expectativa de redução

desses mesmos encargos. As mulheres de classes médias e altas quando querem, abortam ou obtêm a laqueadura de suas trompas mediante pagamento ao seu alcance. Mas mulheres pobres não dispõem desses acessos. A regulamentação de procedimentos para a laqueadura de trompas na rede pública data de 1999. Com um e dois filhos, mais jovens e mais velhas, mais e menos pobres, mulheres em salas de planejamento familiar, na espera por laqueadura de trompas, quando indagadas sobre o desejo de procriar, gritam em alto e bom som: “Chega!” ou “Basta!” Tal eloquência se justifica: além dos encargos, elas não dispõem ou dispõem pouco de serviços de apoio às tarefas domésticas em suas saídas para o trabalho; contam menos com redes de ajuda outrora existentes. Para a desejada laqueadura, com muito sacrifício, juntam algum dinheiro para o pagamento de médicos que a executam, no momento do parto, até mesmo na rede pública. Daí, um registro de causar vergonha: a regular associação das laqueaduras de trompas com a prática abusiva de cesáreas. O altíssimo percentual dos partos cirúrgicos desnecessários, das mortes por partos cirúrgicos, lugares certos de ganhos privados extraordinários mesmo na rede pública, prossegue. Em grande número, mulheres pobres conhecem, além dessa, uma outra experiência: a do voto em políticos inescrupulosos, moeda de compra de laqueadura. Em todo período eleitoral, repete-se a cena: mulheres, sem garantia do direito à esterilização, votam em políticos que investem pesadamente numa demanda social reprimida há muito tempo. A laqueadura de trompas, nesses casos, quase sempre, é efetivada em lugares pouco recomendáveis. Mercado de ganhos financeiros, mercado de votos, questões públicas e privadas, desigualdades entre mulheres aparecem entrelaçadas e nem sempre aparecem com o necessário destaque nas pautas de desenvolvimento sustentável e da bioética. Nessa experiência coletiva das mulheres, a perspectiva intragêneros torna visível tudo aquilo que amplia o alcance dos direitos sociais para algumas e limita o de muitas outras. Essa abordagem permite compreender as desigualdades aí engendradas e dá novos sentidos às lutas feministas.

O atual modelo privatista de proteção social, de inspiração neoliberal, vai dar continuidade a costumes tradicionais, peculiares às relações da intimidade, às redes de solidariedade, tão presentes nas formas brasileiras de organização da vida coletiva. Nada mais oportuno para a negação de direitos e para a apropriação do trabalho doméstico nesses dias que correm. Temos muitas razões para desatar nossas línguas e afiarmos nossas garras em novas lutas, superando um movimento histórico que

nos opõe aos homens - problema colocado mais especificamente pela história do feminismo. Insistir no exame não apenas das formas de oposição entre homens e mulheres, entre mulheres e entre feminismos, mas também no das cumplicidades ou mesmo no das complementaridades e compensações peculiares às relações entre homens e mulheres e entre mulheres, leva a compor a perspectiva de que os gêneros são plurais e além disso, de que o masculino e o feminino habitam cada ser humano, independentemente das clássicas divisões por sexo (Swain, 2000). Isso amplia a complexidade de nossas análises.

Na discussão das tensões e conflitos entre a saída e a permanência das mulheres da esfera doméstica, relevar códigos normativos peculiares a certos padrões de domesticidade e de subordinação, em escala societária, nem sempre percebidos, coloca em cena significados civilizadores de modos de vida ou de condições gerais de reprodução. Esses padrões quando definem a casa como o lugar preferencial das práticas protecionistas, situam-na como o lugar em que as desigualdades sociais entre seres humanos vêm sendo moldadas. A mitificação da maternidade e a maternidade transferida foram essenciais a esses padrões reprodutivos, daí a necessidade de recorrer à *sororidade*, forma de estreitar laços entre mulheres desiguais. O imaginário construído sobre as relações intramulheres servirá à continuidade de cuidados societários através da vida doméstica. A maternidade transferida de umas para outras mulheres, plenamente compatível com esses padrões reprodutivos, faz o amálgama de desigualdades sociais escondidas em condutas naturalizadas, em amplos pactos de proteção e dependências de mulheres de diferentes classes sociais, tão pouco conhecidos. Antes e ao longo dessas três últimas décadas, se foram muitas as conquistas de direitos por algumas mulheres, sem dúvida, ocorreram às custas da negação desses mesmos direitos a milhares de outras. As relações entre as mulheres têm sido um material consistente, mas invisível, na montagem de nossos sistemas protecionistas; desvendá-las nos auxilia a reavaliar significados de lutas por igualdade e a imprimir-lhes novos rumos.

Os fóruns de debates sobre desenvolvimento sustentado e bioética reafirmam espaços e mecanismos globalizados de pesquisa e de luta feministas, agora organizados em redes de apoio nacionais e internacionais. Neles, desvendar a dinâmica das desigualdades sociais aparece como tarefa fundamental ao projeto de tornar o mundo casa de todos, homens e mulheres. Eis um compromisso de muitos enfrentamentos intelectuais, um percurso longo e acidentado.

## Referências bibliográficas

- AUGUSTA, Nisia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.
- BERLINGUER, G. *Questões de vida. (Ética, ciência e Saúde)* Salvador; São Paulo; Londrina: APCE-HUCITEC-CEBES, 1993.
- BOCK, G., "Pobreza feminina, maternidade e direito das mães na ascensão dos Estados - Providência" em: DUBY, G. PERROT, M. *A história das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL. p. 435-503.
- CASTRO, Mary G. e ABRAMOVAY, Miriam. *Gênero e meio ambiente*. São Paulo: Cortez: 1997.
- CORRAL, T.(Coord.). "Temática: Mulheres e o Desenvolvimento Sustentável (material para a Rio + 5)", 1997, (xerox).
- COSTA, S. G. "Assistência Social como política social." em: GUIMARÃES, D. M. *et alii. As políticas sociais no Brasil*. Brasília: SESI/DN/Super-DITEC, 1993, p. 46-55.
- "Gênero e História" em: ABREU, M.; SOIHET, R. *Ensino de História. Conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 187-208.
- "Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva". *Revista Estudos Feministas*, Vol. 10, nº 2 - 2002. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2002, p. 301-324.
- "Sociedade Salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro." em: *Serviço Social e Sociedade*. Ano XXI, nº 63, São Paulo: Cortez, julho 2000. p. 5-26.
- CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. "Prioridades - na área de população e desenvolvimento. Subsídios para o Programa do Fundo de População das Nações Unidas para o Brasil no período 1997-2000." Brasília, 2000 (Xerox).
- DUMAINE, Brian "Are you ready for the green revolution?" *Fortune Small Business*, V. 11, nº 10, dec 2001/jan 2002, p. 44-52.
- LÉFAUCHEUR, N. "Maternidades, família e Estado." em: DUBY, G. PERROT, M. *A história das mulheres no ocidente. O século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, p. 479-503.
- MABOGUNJE, Akin L. "Poverty and environmental degradation: challenges within the global economy." *Environment*, V. 44, nº 1, jan/2002, p. 8-18.
- OLIVEIRA, Fátima. "Idéias feministas sobre bioética". *Revista Estudos Feministas*. Vol 9, N.2/2001. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2001. p. 483-512.
- PERROT, M. *et alii*. "A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: Ensaio de historiografia." Tradução de Rachel Soihet, Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)* v. 2, nº 1. (2º sem. 2000). Niterói: EdUFF, 2000. p. 7-30.
- PERROT, M. "Sair" em: FRAISSE, G. & PERROT, M. *História das mulheres no ocidente. O século XIX*. Tradução de M. H. da C Coelho *et alii*. Porto: Afrontamento, 1994, p. 503-559.
- PERROT, Metal. (orgs.) "A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de historiografia". Tradução de Rachel Soihet, Rosana Soares e Suely Gomes Costa. *Gênero. Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero ( NUTEG)*. v. 2. nº 1. (2. sem. 2001). Niterói: Ed. UFF, 2001. p. 7-30.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- SCAVONE, L. (org.) *Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

- SCOTT, J. "História das mulheres" em: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 63-96.
- SOIHET, R. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher*. Niterói: Mestrado em História. Departamento de História. ICHF, UFF, 1974.
- SORJ, Bila. "O feminino como metáfora da natureza" *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1992. p. 143-150.
- SWAIN, Tania N. "Para além do binário: os queers e o heterogênero". *Gênero - Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*. V. 2, nº 1 (2 sem.2000). Niterói: EdUFF, 2000. p. 87-98.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Vindication of the rights of woman*. London: J.M.Dent & Sons Ltd; New York: E.P. Dutton & Co. Inc., 1929.
- WUNDER, Sven "Poverty alleviation and tropical forests - what scope for synergies?" *World Development*, Vol. 29, nº 11, 2001. p. 1817-1833.